



Investindo nas populações rurais

SECRETARIA ESPECIAL
DA AGRICULTURA FAMILIAR E
DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO



PROJETO
DOM HELDER
CÂMARA

Memorando

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
(SEAD), CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA)

Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO 2000000436 E 2000000437

MISSÃO DE SUPERVISÃO DO FIDA, 14 a 21 DE SETEMBRO DE 2017

1. A presente missão de supervisão do FIDA¹ foi realizada nos dias 21 e 22 de setembro de 2017 em Recife e entre os dias 18 e 21 de setembro em Brasília. Durante a missão, o FIDA manteve reuniões com o Secretário Especial da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), com o Chefe de Gabinete da SEAD, com a equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) da SEAD, com o Presidente e equipe técnica da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com a equipe técnica do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), com técnicos da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e seu Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEGAFI). Técnicos da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acompanharam a missão no seu segmento em Brasília.
2. Durante a missão, a SEAD manifestou seu comprometimento com a implementação integral do PDHC II de modo a assegurar sua rápida execução no período ainda restante até dezembro de 2020, no marco do Contrato de Financiamento acordado entre o FIDA e o Governo do Brasil. O FIDA externou sua preocupação com o Projeto, pois há risco iminente de cancelamento do PDHC II caso medidas urgentes e imediatas não sejam tomadas para ativar a implementação do Projeto, embora reconheça que recentemente, desde o início de 2017, houve avanços para assegurar a implementação do Projeto.

A. Situação na implementação do Projeto

3. O Acordo de Empréstimo foi assinado em 11 de agosto de 2014, sendo a data de efetividade 22 de agosto do mesmo ano. O Projeto está no seu quarto ano de execução e, até o momento atual, foram realizados dois desembolsos no valor de USD 400,000 e EUR 1,300,000, somando valor total equivalente a USD 1,87 milhões, perfazendo esses desembolsos 11% do total do financiamento externo. Até 30/06/2017 foram executados USD

¹ A Missão do FIDA foi composta por Paolo Silveri, Gerente de Programa para o País (CPM); Hardi Vieira, Oficial de Programas (CPO); Danilo Pisani, Especialista em Gestão Financeira; Lucianna Matte, Especialista em Aquisições; Pietro Simoni, Especialista em Desenvolvimento Rural; e Rodrigo Dias, Especialista em Monitoramento e Avaliação (M&A).

153.996,68 dos recursos dos empréstimos e USD 1.795.487,16 de recursos de contrapartida, em sua maioria (2/3) em gastos com custos operativos e de pessoal, alcançando USD 1,95 milhão, que representa aproximadamente 3% do orçamento do Projeto disposto no Acordo de Empréstimo. Há ainda um repasse recém ocorrido, de cerca de R\$ 15 milhões para a ANATER, de recursos de contrapartida. Considerando o orçamento previsto no desenho do Projeto, que inclui outras fontes de financiamento (SAF, INCRA, Beneficiários), e sobre o qual se baseiam as metas do Projeto, além de sua cobertura territorial, a execução financeira global é 1,6% do total.

4. Para a implementação do POA 2018, estima-se o valor de pelo menos R\$ 35,5 milhões da fonte FIDA (externa 0148). Porém, **o Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso não prevê nenhum recurso dessa fonte FIDA (0148) para implementação do PDHC II no ano 2018. O FIDA manifestou sua grave preocupação quanto a isso, pois coloca o PDHC II em alto risco.** A Sead informou que, conforme orientação da Casa Civil, haverá uma reabertura do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP para ajuste orçamentário, e esta Secretaria Especial realizará os ajustes necessários de modo a incluir R\$35.470.000,00.

B. Principais temas acordados

5. Em agosto de 2016 o MDA foi reestruturado e foi estabelecida a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). A equipe da SEAD, desde então, efetuou uma auditoria do PDHC e apresentou uma proposta ao FIDA para avançar com o Projeto da forma mais rápida possível. Após várias missões do FIDA, somente foi possível efetivar os acordos, quanto à utilização dos recursos, para o avanço do PDHC, em reunião com o Chefe de Gabinete da SEAD no dia 02 de agosto de 2017. Desde então, medidas efetivas estão sendo tomadas para viabilizar a utilização do recurso Fida no Projeto. Foram acordadas quatro principais ações para a utilização do recurso FIDA, conforme abaixo:

6. **Convênio com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA):** o convênio tem como objetivo a produção e distribuição de cladódios, também conhecida como "semente" de palma forrageira, com origem na produção irrigada e na produção *in vitro* para agricultores familiares do semiárido. A previsão é que 12 milhões de raquetes de palma e 1 milhão de palmas propagadas sejam distribuídas para 60 mil agricultores familiares do semiárido, na área de abrangência original e expandida. O valor total do convênio é de cerca de R\$ 6 milhões e não é necessário a segregação de custos entre as áreas de abrangência para fins de uso da fonte FIDA. Foi acordado que será empenhado o total de até R\$ 2 milhões do financiamento FIDA e que o desembolso ocorrerá de acordo com o cronograma do projeto, que foi fixado de acordo com a legislação nacional vigente; é estimado em R\$1.150.000,00, de modo a possibilitar um desembolso junto ao FIDA até o dia 10 de dezembro de 2017. Essa medida é **urgente** e imprescindível para que o PDHC II não entre na categoria de "projeto em risco" na sede do FIDA, pois é fundamental que pelo menos um desembolso ainda seja feito em 2017. Em 2018 serão repassados mais R\$ 2.37 milhões do financiamento FIDA ao convênio, totalizando R\$ 4.37 milhões.

7. **Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER):** O Contrato de Gestão com a ANATER visa a efetuar chamadas públicas para prover serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no âmbito do PDHC II no semiárido, sendo que a chamada irá permitir a contratação das agências estaduais de assistência técnica bem como de entidades provedoras desse serviço. A previsão é que aproximadamente 60% dos contratos sejam com as agências estaduais e 40% com entidades. A ANATER iniciou suas atividades em 2016 com recursos integralmente de contrapartida. Para que os recursos do financiamento FIDA sejam elegíveis e transferidos à ANATER no marco do Contrato de Gestão, será feita uma emenda do mesmo, que contará com revisão do FIDA. Tão logo seja feito o aditivo do Contrato de Gestão, a partir de 2018 será aportado, por meio do financiamento FIDA ao Contrato de Gestão com a ANATER, o total de R\$ 24,2 milhões; quantia esta destinada aos contratos de serviços de ATER. A ANATER reportar-se-á à SEAD/PDHC periodicamente, por meio de Relatórios de Progresso e de Relação de Pagamentos, em formulário próprio a ser disponibilizado pelo PDHC II, mantendo atualizado os Sistemas de Informações Gerenciais com dados dos avanços técnicos e financeiros, dos fundos da fonte FIDA e contrapartida.

8. É importante que o PDHC II, em conjunto com a ANATER, estreite laços com o Programa Semear Internacional com o objetivo de compartilhar experiências, principalmente em relação às publicações das sistematizações de boas práticas realizadas pelo Programa. As principais publicações, dentre várias outras, são:

O Manual para Elaboração de Planos de Investimento Produtivo e Planos de Negócio²; Semeando Saberes, Inspirando Soluções – Boas Práticas na Convivência com o Semiárido³; e Convivência com o Semiárido Brasileiro – Reaplicando Saberes Através de Tecnologias Sociais⁴.

9. **Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília**: A SEAD está finalizando um TED com a UNB por meio de seu Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEGAFI), com previsão de início ainda em 2017. O TED consiste no “Projeto Monitora”, que tem como objetivo efetuar a coordenação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas da agricultura familiar integradas de assistência técnica e extensão rural, comercialização, fomento produtivo individual e fomento produtivo coletivo no âmbito das ações da fase II do PDHC. Por intermédio desse TED, será garantida a presença territorial do PDHC, bem como será efetuada a linha de base (LB) do Projeto. No marco do TED, está prevista a composição de uma equipe composta de 109 membros, sendo 82 articuladores microrregionais com presença territorial para efetuar principalmente a execução do componente de acesso a políticas públicas do PDHC II. Para que o TED com a UnB seja compatível com o Contrato de Financiamento, será feita uma emenda para inclusão das cláusulas obrigatórias. Tão logo o aditivo seja assinado, a partir de 2018 será feito o aporte de R\$ 6,4 milhões do recurso do empréstimo ao TED.

10. **Custo Operacional**: Foi acordado que os custos operacionais do PDHC II poderão ser cobertos por meio do financiamento FIDA desde outubro de 2016, quando ficou definido que as DFDA's iriam operacionalizar as ações do PDHC conforme estabelecido no MIP. Isso implica os gastos de 2016 e mais R\$ 6 milhões para os anos 2017 a 2020 com gastos de escritórios, viagens e outros da UGP em Recife e nos demais estados, conforme previsto no POA. Esses recursos também apoiarão eventuais contratações de serviços necessários para reuniões de mobilização, gestão e divulgação do Projeto.

11. Entre as quatro ações acima, há a previsão de utilização dos recursos do empréstimo na sua totalidade, R\$ 56 milhões, durante o período de execução pactuado no Contrato de Financiamento, ou seja, até dezembro de 2020. Garantindo, assim, a completa execução do PDHC II. Serão executados R\$ 3 milhões em 2017; R\$ 35,5 milhões em 2018 e R\$ 17,5 milhões em 2019, conforme tabela a seguir. O governo continuará aportando contrapartidas de diversas fontes/ações, alinhadas com o PDHC II, de 2017 até o final do Projeto, em 2020.

Cronograma de execução e aportes 2017-2019 (R\$)

AÇÃO	2017		2018		2019		TOTAL R\$		TOTAL 2017-2019
	SEAD	FIDA	SEAD	FIDA	SEAD	FIDA	SEAD	FIDA	
ATER (ANATER)	8.000.000	0	0	24.200.000	24.200.000	0	32.200.000	24.200.000	56.400.000
Palma (IPA)		2.000.000	1.600.000	2.370.000	0	0	1.600.000	4.370.000	5.970.000
Custo operacional (UGP)	1.400.000	1.000.000		2.500.000		2.500.000	1.400.000	6.000.000	7.400.000
BSM	0	0	26.400.000	0	0	0	26.400.000	0	26.400.000
Projeto de Infraestrutura					1.500.000	15.030.000	1.500.000	15.030.000	16.530.000
TED (UNB – Monitora)	5.000.000	0	0	6.400.000	0	0	5.000.000	6.400.000	11.400.000
Total R\$	14.400.000	3.000.000	28.000.000	35.470.000	25.700.000	17.530.000	68.100.000	56.000.000	124.100.000
Total USD	4.615.385	961.538	8.974.359	11.368.590	8.237.179	5.618.590	21.826.923	17.948.718	39.775.641

12. **Equipe do Projeto**: O FIDA manifestou sua preocupação com relação à composição atual da equipe do Projeto, pois, com o início da implementação em ritmo acelerado do PDHC II, será necessária a contratação de consultores temporários para apoiar a Coordenação de Gestão e Articulação de Políticas Públicas (CGPP) da SDR/SEAD e a UGP em Recife. Isso poderá ser feito rapidamente por meio do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) que a SEAD tem vigente com o Instituto de Cooperação para Agricultura (IICA). Até agora foram designados um coordenador geral, assumido pelo Delegado Estadual de Pernambuco, um responsável administrativo e financeiro e 2 consultores temporários (contratados via PCT do IICA). O FIDA recomenda que seja efetuada a

² <http://www.portalsemiar.org.br/publicacoes/elaboracao-de-planos-de-investimento-produtivo-e-planos-de-negocio/>

³ <http://www.portalsemiar.org.br/publicacoes/semeando-saberes-inspirando-solucoes-boas-praticas-na-convivencia-com-o-semiarido/>

⁴ <http://www.portalsemiar.org.br/publicacoes/3463/>

contratação de pelo menos mais quatro consultores temporários com dedicação exclusiva ao PDHC: **01 consultor para assessorar nos temas dos Componentes 1 e 2; 01 consultor para assessorar nos temas do Componente 3; 01 consultor em temas jurídicos; e 01 consultor em monitoramento e avaliação (M&A).**

13. A missão de supervisão considera muito positivo o esforço que está sendo feito nos últimos meses para a coordenação e a ativação do PDHC II, tanto pela SEAD e CGPP em Brasília como pela UGP em Recife. Por outro lado, há algumas deficiências em termos de intercâmbio de informações e documentação, e seria necessário avançar na busca por uma maior eficiência no processo de tomada de decisão na esfera operativa e na concretização de acordos ou convênios. O pessoal atualmente envolvido na implementação do PDHC, tanto na CGPP como a UGP em Recife, tem feito um esforço bastante importante, porém, deveria contar com um **mecanismo de gestão** adequado para as atividades que estão colocando em marcha já em 2017 e aquelas previstas para 2018. Isso não inclui uma revisão da governança do PDHC, mas significa possível delegação gerencial decisória, o que garantiria agilidade nos processos de implementação do Projeto.

14. **Expansão da área de abrangência:** A SEAD reforçou seu interesse de formalizar a expansão da área do PDHC II, de modo a incluir municípios constantes no semiárido e na área de atuação da SUDENE, aumentando a área de intervenção de 7 para 11 estados. Isto incluiria municípios nos estados da Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Espírito Santo. Foi explicado que o Contrato ora vigente delimita estritamente a área de intervenção do PDHC aos 7 estados e 9 territórios especificados no relatório de desenho do Projeto. Porém, a SEAD poderá executar o PDHC em área ampliada, desde que tal implementação seja executada com recursos inteiramente do Governo, respeitado o marco conceitual do Projeto. Na missão foi acordado que a SEAD iniciará os trâmites para que a área expandida, compreendendo municípios do semiárido e da área de atuação da SUDENE em 11 estados, seja incluída no Contrato de Financiamento. A missão de supervisão manifestou seu de acordo com a proposta, levando em conta que o visa a trabalhar, principalmente, o tema de acesso às políticas públicas. Assim, seria coerente que o Projeto pudesse atuar na área de atuação da SUDENE – envolvendo uma área maior do semiárido - em linha com as políticas públicas para essa região. Foi acordado que a SEAD enviará um pleito formal à SEAIN para iniciar os trâmites nesse sentido. O FIDA explicou que, internamente, tal mudança necessita de aprovação de sua Junta Executiva. Enquanto os trâmites para a emenda do Contrato visando a expansão da área de atuação do PDHC II estiverem tramitando, esse Projeto também terá sua execução mais acelerada, elevando seu nível de desembolso e, assim, facilitando a aprovação da emenda.

C. Monitoramento e Avaliação (M&A)

15. **Sistema de Gestão do PDHC II:** A missão destaca a importância do Projeto possuir um sistema de gerenciamento e planejamento das ações físicas realizadas, para que este seja capaz de receber dados das instituições parceiras, como a ANATER e o IPA, por exemplo. O objetivo é acompanhar, avaliar e planejar as ações atuais e futuras do Projeto. Caberá ao citado sistema armazenar as informações desagregadas por tipologia do(a) beneficiário(a) (mulheres, jovens e pertencentes às comunidades tradicionais) e o tipo de benefício fornecido. É importante que o indicador da Meta do Projeto mensure os beneficiários evitando a repetição (dupla contagem).

16. Cabe destacar a necessidade de ser previsto o monitoramento das ações (bem como o público beneficiário) das contrapartidas do Projeto, respeitando sempre a área de atuação do PDHC II, até que a área expandida seja formalizada.

17. A missão teve acesso ao Sistema SGA, elaborado e implementado pela ANATER, que possui como objetivo gerir as informações relativas às ações de Assistência Técnica junto às entidades estaduais. O uso desta ferramenta pelo PDHC II trará importantes benefícios ao Monitoramento e Avaliação do Projeto, principalmente quanto ao acompanhamento dos indicadores de mensuração direta. Abre-se também a possibilidade de serem avaliados constantemente os indicadores de qualidade de vida das famílias beneficiárias.

18. **Linha de Base:** Como apresentado anteriormente, a Linha de Base do Projeto será executada por intermédio do TED com a UNB. O processo em curso conta com desenho amostral a ser seguido para a pesquisa domiciliar e abrangerá os 7 estados de atuação do PDHC II. Com a proposta de ampliação da área de atuação do Projeto para 11 estados, torna-se necessária a adequação do desenho amostral para garantir a futura avaliação de impacto da totalidade da área do PDHC II. Cabe destacar que o desenho amostral foi elaborado pelo IPC-IG (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo), via acordo com o FIDA. No entanto, este acordo não prevê a atualização deste documento, e, assim, caberá ao Projeto buscar meios para a sua realização.

19. **Revisão do Marco Lógico (ML):** A missão reconhece que vários indicadores do Marco Lógico do Projeto não irão refletir os resultados a serem obtidos pelos Componentes. No atual cenário de execução, sugere-se que o ML seja revisado, em conjunto com as equipes dos Componentes, e contemple também as novas propostas de atuação. Além disso, e seguindo orientações recém definidas pelo FIDA, sugere-se que o ML seja apresentado de forma mais focada nos principais resultados e utilize no máximo 20 indicadores. Esta revisão torna-se oportuna uma vez que a implementação do Projeto sofreu vários ajustes desde sua concepção inicial (Desenho do Projeto). Em relação ao POA 2018, a missão destaca a importância de realizar a correlação dos códigos financeiros com os indicadores do novo marco lógico, o que permitirá construir uma análise acerca da evolução físico-financeiro no decorrer do período. Destaca-se que já foram apresentadas ao FIDA algumas alterações no ML.

20. **Relatório Técnico de Progresso:** Os Relatórios Técnicos de Progresso (RTP) semestrais têm o papel de informar os principais avanços realizados pelo Projeto no período de referência, além de estarem previstos no Contrato de Empréstimo. As informações serão provenientes não somente do Sistema de M&A do FIDA, como também do banco de dados interno, que possui informações desagregadas dos avanços do projeto. O documento conterá uma análise crítica apontando fragilidades, forças, ameaças e oportunidades do período analisado e que, de forma conjunta com os entes envolvidos, desenvolva uma proposta com um breve plano de ação para o semestre seguinte (alinhado com o POA vigente). Desta forma, o RTP será um documento não apenas descritivo, mas também norteador das futuras ações do Projeto. A missão destaca que o RTP do 1º semestre de 2017 deve seguir essas orientações. Em relação ao RTP do 2º semestre, este poderá ser entregue até o dia 31 de janeiro de 2018.

D. Aspectos fiduciários

D.1. Gestão financeira

21. **Equipe Financeira:** A equipe financeira do Projeto é composta por um Gerente Administrativo- Financeiro na UGP em Recife e outros profissionais da SEAD e supletivamente pelo pessoal da Subsecretaria de Planejamento e Gestão (SPG/SEAD) que cumpre as responsabilidades de gestão de orçamento, contabilidade e desembolsos. Para a realização da gestão dos contratos e contabilização da execução, a Missão identifica que seria necessário reforçar esta equipe financeira com pelo menos mais um profissional; a Sead envidará esforços para atender esta demanda.

22. **Sistema Contábil Financeiro e Relatórios Financeiros:** O Sistema SIAFI é suficiente para a realização de prestação de contas financeiras do uso de recursos ligados ao orçamento da SEAD, tanto da fonte de contrapartida como do FIDA. Entretanto, faz-se necessária a adequação/contratação de um Sistema de Informações Gerenciais físico e financeiro, integrado com M&A, para a geração de relatórios gerenciais consolidados das diversas fontes de contrapartida; o acompanhamento da execução em relação ao POA e a implementação acumulada de toda a vida do Projeto. Esse sistema poderá ser coberto com o financiamento da fonte FIDA.

23. **Planejamento e Orçamento:** O POA 2017, da ordem de R\$ 46 milhões, sendo R\$ 14 milhões FIDA e R\$ 32 milhões de Contrapartida, teve uma execução de R\$ 980 mil, não considerando os aportes de cerca de R\$ 15 milhões à ANATER e outras tais como despesas via PCT com o IICA. O orçamento de 2017, de apenas R\$ 3 milhões da fonte FIDA, foi o principal obstáculo para o uso dos fundos do empréstimo, aliado às dificuldades de tramitação dos instrumentos legais com a ANATER, UNB e IPA, principais parceiros na execução neste ano. Para a implementação do POA 2018, estimado no valor de pelo menos R\$ 68,5 milhões, **é de extrema importância, e requer atenção, que os seus recursos estejam previstos no Orçamento Geral da União para 2018, sendo R\$ 28 milhões de fontes nacionais e R\$ 35,5 milhões da fonte FIDA (externa 0148).** Durante a missão, o FIDA foi informado que o Projeto de Lei Orçamentária não incluiu a fonte FIDA (0148) e, assim, o FIDA manifestou sua grande preocupação do risco do PDHC. É tema de alta urgência.

24. **A SEAD realizou a adequada proposta orçamentária, no entanto, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, necessitou fazer ajustes.** A SEAD informou que, conforme orientação da Casa Civil, haverá uma reabertura do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP, para ajuste orçamentário, e, ainda, que essa Secretaria Especial realizará os ajustes necessários.

25. **Controles Internos:** O Manual Financeiro precisa ser complementado para refletir os fluxos e as responsabilizações consideradas as mudanças ocorridas recentemente, especialmente quanto ao fluxo de informações dos aportes das contrapartidas e procedimentos organizacionais necessários relativos à elaboração

do POA. O SIAFI garante a segregação de funções por meio de senhas distintas. A SEAD forneceu ao FIDA uma minuta que será analisada.

26. Fluxo de Fundos: Os fundos da fonte FIDA passam satisfatoriamente pelo SIAFI e são operacionalizados pela UGP/PDHC/SEAD, em uma linha orçamentária específica. Sua tramitação pelo sistema governamental garante um adequado controle de ações em diversas fases (i.e. orçamentação, pré-empenho, empenho/contrato, prestação do serviço/entrega do bem, liquidação e pagamento). Os fundos de contrapartida ora passam pelo mesmo processo, tendo sido permitido, contudo, a utilização de diversas fontes de ações governamentais alinhadas com o PDHC, rastreáveis neste sistema.

D.2. Desembolsos.

27. O Projeto realizou até o momento dois desembolsos no valor de USD 400,000 e EUR 1,300,000, com valor total equivalente a USD 1,87 milhões, ou 11% do total do financiamento externo. Até 30/06/2017 foram executados USD 153.996,68 dos recursos do empréstimo. O FIDA acordou com o PDHC/SEAD que será realizado um Pedido de Desembolso (PD) de todas as despesas realizadas até 30/09/2017 a fim de permitir a circulação de um primeiro processo de prestação de contas por meio do SIAFI ao FIDA. Há a previsão da apresentação de um segundo PD até 30/11/2017.

D.3. Fundos de contrapartida.

28. A contrapartida executada do Projeto até 30/06/2017 foi de USD 1,8 milhão, ou 4%, face aos USD 42 milhões pactuados a ser aplicada pela SEAD na forma de aportes financeiros, não exclusivamente de recursos da SEAD/SDR, mas também por meio de recursos advindos de outras ações do Governo Federal em atividades aderentes ao escopo do PDHC II (público alvo, abrangência territorial, critérios de elegibilidade e outros) pactuadas em Planos Operativos Anuais (POA) acordados com o FIDA. O PDHC possui ainda na sua matriz de investimentos aportes de contrapartida declaratória de ações do governo no valor de USD 40 milhões, em ações da SAF e INCRA, e, ainda, USD 25 milhões dos beneficiários, em sua maioria oriundos de acesso a crédito. A SEAD indica a necessidade e a viabilidade de uma reavaliação das contrapartidas, especialmente a dos beneficiários.

29. Para fins de contabilização da contrapartida de diversas fontes, a SEAD/PDHC deverá articular um fluxo de informações dos responsáveis pela execução dessas outras fontes (ex. SAF, INCRA, SEAD-IICA, MDS,...) de forma a reportar à SEAD/PDHC periodicamente, por meio de Relatórios de Progresso e de Relação de Pagamentos, em formulário próprio a ser disponibilizado pelo PDHC II, para atualizar os Sistemas de Informações Gerenciais com dados de avanços técnicos e financeiros, bem como dos fundos da contrapartida. Em acordo com a SEAD e para fins de reconhecimento da contrapartida na área de abrangência original e na expandida, essas informações necessitarão estar dispostas em centros de custos distintos, até a efetivação da emenda ao Acordo a ser proposta pelo Governo relativa à expansão territorial.

D.4. Cumprimento das cláusulas do convênio de empréstimo.

30. A missão revisou o atendimento às cláusulas do Acordo de Empréstimo e das Condições Gerais e verificou que há cláusulas atendidas parcialmente, tais como: i) a disponibilização do orçamento necessário ao Projeto; ii) operacionalidade dos Comitês Gestor, Executivo e Territoriais; iii) envio tempestivo do POA, Plano de Aquisições, relatórios de auditoria, financeiros e de semestrais de progresso; e, iv) Sistema de Informações Gerenciais físico e financeiro adequado e atualizado. A missão identificou que ações estão sendo implementadas para o atendimento integral às cláusulas do Acordo.

D.5. Aquisições e contratações.

31. As normas aplicáveis ao Projeto onde os recursos do financiamento FIDA estejam envolvidos são as normas do FIDA, conforme o disposto nas suas Condições Gerais integrante do Acordo de Empréstimo e especificadas na Carta ao Mutuário. Devido à natureza estratégica da operação do PDHC, o FIDA vem recepcionando a adoção das normas nacionais de aquisições no âmbito do Projeto e observa que sejam seguidos os procedimentos para a revisão prévia do FIDA para as contratações utilizando seus fundos, conforme o item 21 da Carta ao Mutuário.

D.6. Auditoria.

32. O Acordo de Empréstimo prevê a realização de auditorias anuais no âmbito do Projeto, cujo relatório necessita estar disponível para a SEAD/SDR e para o FIDA até 30 de junho do ano seguinte, segundo Termos de

Referências acordados com o FIDA e suas Diretrizes de Auditoria. A Missão esclareceu que o objetivo da auditoria também se estende aos aspectos de controle interno e cumprimento das cláusulas legais, além de contábil. Devido à baixa execução dos recursos dos fundos FIDA, a UGP solicitou ao FIDA que a Auditoria Externa das contas e da gestão do projeto relativas aos anos de 2014 a 2016 fossem realizadas em conjunto. Para tanto, o Setor de Auditoria da SEAD (CISSET), em articulação com a Controladoria-Geral da União (CGU) no seu setor de operação de crédito externo, promoveram a realização dos trabalhos de auditoria referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016 a fim de conclusão do Relatório de Auditoria a ser entregue tempestivamente à SEAD/SDR e ao FIDA até 30 de setembro de 2017. A Missão recomenda que a SEAD, junto à CISSET e CGU, programem a realização dos trabalhos da auditoria de 2017 para o primeiro trimestre de 2018, a fim de possibilitar a entrega do seu relatório até 30/06/2018.

E. Conclusões

33. O Projeto Dom Helder Câmara II está no seu quarto ano de execução e medidas urgentes são necessárias para que sua implementação seja iniciada o mais rapidamente possível, deste modo evitando seu cancelamento. A SEAD e o FIDA manifestaram seu compromisso em assegurar a rápida implementação do PDHC no prazo que ainda resta até dezembro de 2020, e quatro ações principais foram acordadas neste sentido, conforme delineado acima. Entre as propostas apresentadas pela SEAD, para reorientação do PDHC, o FIDA manifestou seu acordo com as medidas propostas, inclusive sobre a expansão do Projeto.

34. Porém, o FIDA destaca que é fundamental implementar as seguintes medidas:

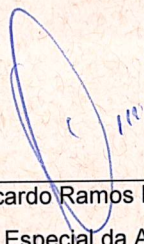
- a. Efetivar a implementação e continuidade das ações do PDHC em 2018, cujo Plano Operativo Anual (POA) é estimado em pelo menos R\$ 68,5 milhões. É de **extrema importância que os recursos de R\$ 35,5 milhões da fonte FIDA (externa 0148) sejam incluídos no Orçamento de 2018, sendo que se isso não for efetivado representaria um sério risco de cancelamento do PDHC II;**
- b. Finalizar o convênio com o IPA e efetivar de forma urgente o repasse de R\$ 1.150.000,00 ainda em 2017, de modo a viabilizar um desembolso de pelo menos R\$ 1 milhão antes do dia 30/11/2017, evitando que o projeto entre na categoria de "risco" no FIDA;
- c. Firmar o TED com a UNB e efetuar o aditivo segundo as exigências do Contrato de Financiamento, incluindo um plano amostral revisado para a Linha de Base do PDHC II;
- d. Efetuar o aditivo ao Contrato de Gestão da ANATER segundo as exigências do Contrato de Financiamento;

Garantir uma equipe mínima para o PDHC II na CGPP/SDR/SEAD em Brasília. O FIDA propõe que pelo menos mais 4 consultores temporários sejam contratados via PCT/IICA para reforçar a equipe, e conta com a colaboração da SEAD para que essas consultorias sejam contratadas o quanto antes;
- e. Preparar os relatórios técnicos de progresso (RTP) de forma semestral;
- f. Revisar o Marco Lógico de acordo com a realidade de implementação do PDHC II;
- g. Garantir que o Sistema de Informações Gerenciais e seu fluxo de informações estejam disponíveis o mais breve possível;
- h. Enviar o relatório de auditoria 2016, que está sendo finalizado, ao FIDA, até o dia 30/09/2017;
- i. Realizar ações para que a auditoria 2017 seja realizada no primeiro semestre de 2018, para envio formal do relatório até 30/06/2018;
- j. Estabelecer um mecanismo de gestão que torne mais eficiente a troca de informações e aumente a capacidade decisória e de responsabilização, para que a CGDPP e a UGP em Recife possam tomar decisões no marco da implementação do PDHC II.

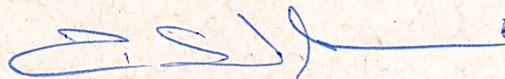
35. Os acordos estabelecidos neste instrumentos estão sujeitos às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle.

36. O FIDA gostaria de agradecer à toda a equipe da SEAD, especialmente à Coordenação de Gestão e Articulação de Políticas Públicas (CGPP), pelo diálogo, empenho e dedicação para garantir as bases para a ativação na execução do PDHC II no marco da parceria entre o Governo Federal e o FIDA.

Brasília, 21 de setembro de 2017



José Ricardo Ramos Roseno
Secretário Especial da Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário
(SEAD)



Paolo Silveri
Gerente de Programas para o Brasil
Fundo Internacional de
Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Apêndice 1- PSR

Project 1620 [1100001620] Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil - Draft

Basic Facts

Country	Brazil	Project ID	1620 [1100001620]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	2000000436, 2000000437
Project	Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil			Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	4-Oct-2017				
Supervising Inst.	IFAD/IFAD				
No. of Supervisions	3	No. of Implementation Support/Follow-up missions	6		
Last Supervision	15-Sep-2017	Last Implementation Support/Follow-up mission	04-Aug-2017		

USD million Disb. rate %						
Approval	11-Dec-2013			Total financing	125.30	3%
Agreement		Effectiveness lag		IFAD Total	3.00	14%
Entry into force	11-Aug-2014	PAR value	-----	IFAD loan	3.00	14%
First disbursement	06-Feb-2015			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	30-Sep-2020	Last audit	29-Sep-2017	ASAP grant		
Current completion	30-Sep-2020			Domestic Total	107.30	2%
Current closing	31-Mar-2021			Other Domestic	40,10	0%
No. of extensions				Beneficiaries	25.20	0%
				National Govern	42,00	5%
				External Cofinancing Total	15.00	
				Spanish Fund	15.00	11%

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	3	2	1. Quality of project management	3	2
2. Acceptable disbursement rate	2	2	2. Performance of M&E	3	2
3. Counterpart funds	3	3	3. Coherence between AWPB & implementation	3	2
4. Compliance with financing covenants	3	3	4. Gender focus	3	2
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	3	2

6. Quality and timeliness of audits	5	4	6. Effectiveness of targeting approach	3	2
			7. Innovation and learning	3	2
			8. Climate and environment focus	3	2

B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Policy dialogue, coordination of public policies and scaling-up of innovations	3	2	1. Institution building (organizations, etc.)	3	2
2. Development of organizational capacities	3	2	2. Empowerment	3	2
3. Sustainable productive development and market access	3	2	3. Quality of beneficiary participation	3	2
			4. Responsiveness of service providers	3	2
			5. Exit strategy (readiness and quality)	3	2
			6. Potential for scaling up and replication	3	2

B.5 Justification of ratings

The PDHCII project has a financial execution of USD 2 million, representing only 3% of the project budget. In the period 2014-16, due to severe budget restrictions, the Ministry of Agrarian Reform (MDA) could not honor its agreed-upon counterpart contribution (i.e. two-thirds of project financing) and project implementation stalled. In July-August 2016, a ministerial reform included the extinction of the MDA and the establishment of a Special Secretariat (SEAD) within the Ministry of Home Affairs, linked to the President's Office. IFAD had meetings with SEAD Special Secretary soon after his appointment (18 July 2016) and the Special Secretary visited IFAD HQ in October 2016. Such meetings generated a detailed agreement on how the project would be reoriented, according to the new government priorities; follow-up missions were fielded by LAC and ICO in December 2016, and January, February, May and August 2017. To ensure full implementation, the PDHCII reorientation focused on 4 main areas: 1) an agreement with the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA); 2) an umbrella agreement with the National Rural Extension Agency (ANATER) for technical assistance (TA) services; 3) a decentralized agreement with the University of Brasilia (UnB) for staffing the project at field/territorial level, and ensuring the implementation of the policy dialogue/access to public policies and the baseline study; 4) hiring of specific short-term consultancies through IICA to strengthen the capacity of the PDHCII team, especially through its Brasilia PMU. One critical agreement was to ensure that SEAD's allocated the budget to PDHCII implementation according to an agreed timeframe. In case the written agreement were implemented as planned, PDHCII would be fully disbursed by its completion date, hence reverting completely its current status in the next 2 years. The audit report was completed and delivered to IFAD.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	3	2
C.2 Food Security	3	2
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	3	2
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)	3	2

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	3	2
--	---	---

The Project became effective over three years ago and shows very little progress. Its clear risk status is mitigated by the new Federal Authorities' formal commitment to speed up implementation and deliver full project implementation within the remaining three years of project lifetime. In fact, federal authorities are determined to expand the project's initial objectives and implementation area. During the September 2017 supervision mission, a timeline and budget was agreed with IFAD to implement the main thrusts on which project reorientation was based. It is expected that activities in the field will commence after the recruitment of technical assistance (TA) through ANATER and through an agreement with IPA, while territorial presence will be ensured by an agreement with the UnB. These three contracts are at an advanced development stage and only need some minor adjustments before they are finalized. The lack of funds, which had prevented the project from being implemented so far, has been solved during the September 2017 supervision mission, when USD 8 to 11 million of external funds were budgeted for in 2018, on top of national counterpart funds.

C.6 **Risks** Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects

1) insufficient technical staff in the PMU, including for fiduciary aspects; 2) pending nomination of the procurement commission and consequent lack of understanding of procurement rules and regulations; 3) limited clarity regarding the operationalization of loan financing; 4) lack of finance system to issue reporting to IFAD and the government on a timely basis; 5) operationalization of the four agreements above remains a matter of concern due to institutional instability.

Project implementation progress

The main risks relate to further budget cancellations, which would lead to loan cancellation if the project could not be

relaunched in 2018. In case budget allocation were confirmed, the project has the conditions to speed up implementation and make major progress in 2018. Due to the very high counterpart contribution of the project, i.e. two-thirds of the project financing, political instability remains a major concern for IFAD.

Outputs and outcomes

The possibility of achieving the project's expected outputs and outcomes depends on the new implementers' capacity to mitigate the above-mentioned risks, especially regarding budget allocation. In addition, due to the transitory nature of the present federal government, project work on policy dialogue and the scaling up of innovations at federal level will be challenging. The limited time available for project execution (about 3 years) will require a speedy, focused and pragmatic approach to implementation.

Sustainability

The main risk for sustainability is that slow implementation progress would further reduce field-level implementation, such as direct support to communities and other beneficiary organizations, which are essential to ensure the success of project-supported economic initiatives. Having less time for disseminating project innovations and supporting their adoption by both government and non-government entities may also affect the scaling up of innovations, which is also key to the sustainability of project effects and impacts. Project chances of sustainability are also subject to the stability of government and public policies for family farming from 2019 onwards.

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Review contract with ANATER	Agree with SEAD the documentation and terms of reference for the technical assistance (TA) services through ANATER.	31-Dec-2017	Under finalization
Review contract with UnB	In order to ensure territorial presence and implementation of policy dialogue and access to public policies, the contract with UnB will be essential as it allocates 86 field staff to the project area Provide information to clarify activity and responsibility of UnB Foundation.	31-Dec-2017	Under finalization
Finalize IPA contract	The contract with IPA already received IFAD's N.O. but needs to be finalized and funds transferred so as to allow an IFAD disbursement still in 2017.	30-Nov-2017	Under finalization
Project annual budget	Guarantee project funds within a range of USD 8 and 11 M from external sources in GOB's federal budget allocation for 2018.	Continuous	SEAD is negotiating with Finance
Technical staff	Take action for strengthening PMU in Brasilia according to Aid Memoire signed and with the help of IICA short-term consultants.	Continuous	Under negotiation
Procedures for financial execution	Define operational procedures for the management of loan funds that allow for an efficient use of resources. These procedures must be in line with the rules & regulations of both IFAD and the Government of Brazil. Follow-up on fiscal space availability from external sources (classified as 148) and counterpart contributions.	31-Dec - 2017	Under close scrutiny

Additional observations

The project could continue to serve as important reference for the KM Programme (SEMEAR) which has made many exchange visits in the Dom Helder area to exchange experiences and build synergies with other IFAD projects in Northeast Brazil.

APÊNDICE 2 - MARCO LÓGICO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: GOVERNO FEDERAL
PROJETO: Dom Helder Câmara - Articulação e Diálogos sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido

Resumo Descritivo	Código	Nome do indicador	Meios de Verificação	Supostos
META: Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido	00.00.01	Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM)	Estatísticas oficiais; Estudo de base; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Avaliação final;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.02	Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível).		
	00.00.03	Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações	00.00.04	74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; <u>dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos</u>	Estatísticas oficiais; Estudo de base; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Avaliação final;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.05	27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto		
	00.00.06	50% dos beneficiários do projeto são mulheres		
	00.00.07	243.000 famílias beneficiárias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC		
	00.00.08	Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas		
Componente 1 Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações	01.01.01	Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Projeto e adoção de metodologias inovadoras do projeto	Estatísticas oficiais; M&A/RIMS; Relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.
	01.01.02	Melhor articulação de políticas públicas nos estados de atuação do Projeto.		
		Maior participação de organizações das institucionalidades representativas locais no âmbito do Projeto		
	01.01.03	Aumento do valor/número de projetos de investimento, infraestrutura e serviços		
		Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participantes em instâncias colegiadas.		
	01.01.04	24 sistematizações de experiências ou boas práticas		
Componente 2 Desenvolvimento das capacidades organizacionais	01.01.04	6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste	Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	01.01.05	250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres		
	02.01.01	27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas		
	02.01.02	770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos		
	02.01.03	6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados.		
	02.01.04	9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados.		
	02.01.05	300 organizações comunitárias participam em instâncias colegiadas		
Componente 3 Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados	02.01.06	450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais	Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão	Alocação oportuna de recursos da contrapartida Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água
	02.01.07	Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação		
	03.01.01	60.000 famílias acessam AT, dos quais 10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito. Pelo menos 80% aumentam sua produção		
	03.01.02	Pelo menos 30.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos.		
		Pelo menos 36.000 famílias adotam novas práticas tecnológicas		
	03.01.03	Pelo menos 30.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto		
		4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda		
	03.01.04	Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE)		

Apêndice 3 - Resumo dos acordos principais e respectivos prazos de execução

- a. Efetivar a implementação e continuidade das ações do PDHC em 2018, cujo Plano Operativo Anual (POA) é estimado em pelo menos R\$ 68,5 milhões. É de **extrema importância que os recursos de R\$ 35,5 milhões da fonte FIDA (externa 0148) sejam incluídos no Orçamento de 2018, sendo que se isso não for efetivado representaria um sério risco de cancelamento do PDHC II;**
- b. Finalizar o convênio com o IPA e efetivar de forma urgente o repasse de R\$ 1.150.000,00 ainda em 2017, de modo a viabilizar um desembolso de pelo menos R\$ 1 milhão antes do dia 30/11/2017, evitando que o projeto entre na categoria de “risco” no FIDA;
- c. Firmar o TED com a UNB e efetuar o aditivo segundo as exigências do Contrato de Financiamento, incluindo um plano amostral revisado para a Linha de Base do PDHC II;
- d. Efetuar o aditivo ao Contrato de Gestão da ANATER segundo as exigências do Contrato de Financiamento;

Garantir uma equipe mínima para o PDHC II na CGPP/SDR/SEAD em Brasília. O FIDA propõe que pelo menos mais 4 consultores temporários sejam contratados via PCT/IICA para reforçar a equipe, e conta com a colaboração da SEAD para que essas consultorias sejam contratadas o quanto antes;
- e. Preparar os relatórios técnicos de progresso (RTP) de forma semestral;
- f. Revisar o Marco Lógico de acordo com a realidade de implementação do PDHC II;
- g. Garantir que o Sistema de Informações Gerenciais e seu fluxo de informações estejam disponíveis o mais breve possível;
- h. Enviar o relatório de auditoria 2016, que está sendo finalizado, ao FIDA, até o dia 30/09/2017;
- i. Realizar ações para que a auditoria 2017 seja realizada no primeiro semestre de 2018, para envio formal do relatório até 30/06/2018;
- j. Estabelecer um mecanismo de gestão que torne mais eficiente a troca de informações e aumente a capacidade decisória e de responsabilização, para que a CGDPP e a UGP em Recife possam tomar decisões no marco da implementação do DPHC II.

APÊNDICE 4 - AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA (2017)
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: GOVERNO FEDERAL
PROJETO: Dom Helder Câmara - Articulação e Diálogos sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido
MÊS DE AVANÇO: Setembro

Resumo Descritivo	Dados do Indicador										Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2016	%	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
META: Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido	00.00.01	Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM)						30			Estatísticas oficiais; Estudo de base; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Avaliação final;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.02	Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível).						35				
	00.00.03	Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos						70				
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações	00.00.04	74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos	2075	100%				74.000	2.075	3%	Estatísticas oficiais; Estudo de base; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Avaliação final;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.05	27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto						27.000				
	00.00.06	50% dos beneficiários do projeto são mulheres						50				
	00.00.07	243.000 famílias beneficiárias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC						243.000				
	00.00.08	Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas						1000000				
Componente 1 Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações	01.01.01	Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Projeto e adoção de metodologias inovadoras do projeto									Estatísticas oficiais; M&A/RIMS; Relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão;	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.
	01.01.02	Melhor articulação de políticas públicas nos estados de atuação do Projeto.										
		Maior participação de organizações das institucionalidades representativas locais no âmbito do Projeto										
	01.01.03	Aumento do valor/número de projetos de investimento, infraestrutura e serviços										
		Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participantes em instâncias colegiadas.						30				
	01.01.04	24 sistematizações de experiências ou boas práticas	2	67%				24	2	8%		
		6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste	1	100%				6	1	17%		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador										Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2016	%	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	01.01.05	250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres	50	100%				250	50	20%		
Componente 2 Desenvolvimento das capacidades organizacionais	02.01.01	27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas						27.000			Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	02.01.02	770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos						770				
	02.01.03	6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados						6.000				
	02.01.04	9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados						27				
	02.01.05	300 organizações comunitárias participam em instâncias colegiadas						300				
	02.01.06	450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais						450				
	02.01.07	Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação						1.100				
Componente 3 Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados	03.01.01	60.000 famílias acessam AT, dos quais 10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito. Pelo menos 80% aumentam sua produção						60.000			Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão	Alocação oportuna de recursos da contrapartida Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água
	03.01.02	Pelo menos 30.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos						30.000				
		Pelo menos 36.000 famílias adotam novas práticas tecnológicas						36.000				
	03.01.03	Pelo menos 30.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto						30.000				
		4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda						28				
	03.01.04	Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE)						10.800				

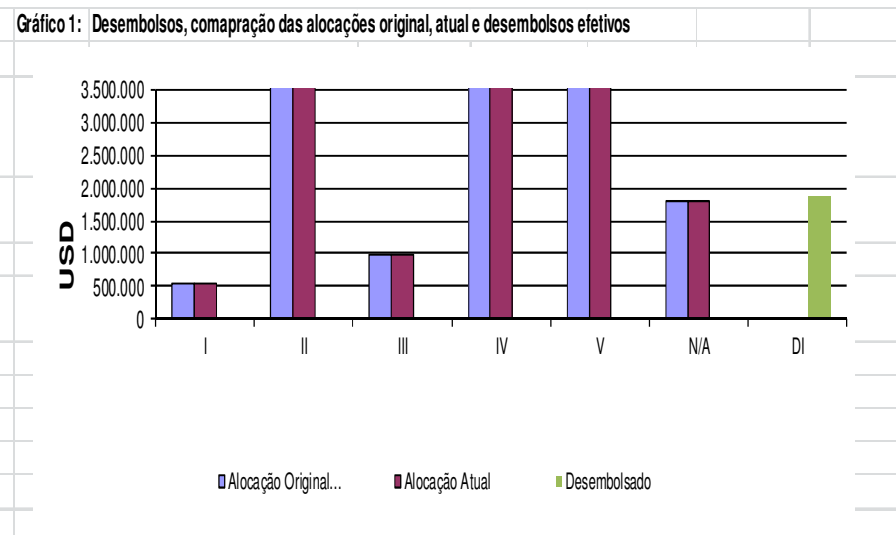
Apêndice 5: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela A:		Execução Financeira por financiador			30/06/2017
Financiador	Moeda do contrato	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD)	Desembolsado (USD equiv)	% desembolsado
FIDA	SDR 2.000.000	3.000.000,0	3.000.000,0	400.000,00	14%
Fundo Espanhol	EUR 11.360.000	15.000.000,0	15.000.000,0	1.479.529,48	11%
Governo	USD 42.000.000	42.000.000,0	42.000.000,0	1.814.909,23	5%
Total	-	60.000.000,0	60.000.000,0	3.694.438,71	7%
Outras Contrapartidas					
Governo Indireta	USD 40.100.000	40.100.000,0	40.100.000,0	-	0%
Beneficiários	USD 25.168.325	25.168.325,0	25.168.325,0	-	0%
Total 2	-	125.268.325,0	125.268.325,0	3.694.438,71	3%
Fonte: UGP					

Tabela B:	Execução Financeira por financiador e componente (USD)										30/06/2017										
Componente	FIDA			Fundo Espanhol(USD Eq)			Governo			Total			INCRA+SAF			Beneficiários			Total GERAL		
	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%
Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	3.251.696	-	0%	650.339	-	0%	9.104.749	-	0%	13.006.784	-	0%	-	-	-	-	-	-	13.006.784	-	0%
Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas	3.433.042	-	0%	686.608	-	0%	9.612.517	776.504	8%	13.732.167	776.504	6%	-	-	-	-	-	-	13.732.167	776.504	6%
Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados	5.761.886	-	-	1.152.377	-	-	16.133.280	-	-	23.047.543	-	-	40.100.000	-	-	25.168.325	-	-	88.315.868	-	-
Gerenciamento do Projeto	1.800.000	106.021	6%	360.000	47.976	13%	5.040.000	1.038.405	21%	7.200.000	1.192.402	17%	-	-	-	-	-	-	7.200.000	1.192.402	17%
Planejamento, monitoramento e avaliação	753.377	-	0%	150.675	-	0%	2.109.454	-	0%	3.013.506	-	0%	-	-	-	-	-	-	3.013.506	-	0%
Total	15.000.000	106.021	1%	3.000.000	47.976	2%	42.000.000	1.814.909	4%	60.000.000	1.968.906	3%	40.100.000	-	-	25.168.325	-	-	125.268.325	1.968.906	2%

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (EUR)									Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)								
30/06/2017									30/06/2017								
FIDA/F Esp. I-2000000437									FIDA I-2000000436								
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (EUR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des		Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (SDR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	442.342	335.000	335.000	0	0	335.000	0%	I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	90.000	60.000	60.000	0	0	60.000	0%
II	Oficinas , encontros e capacitação	4.238.556	3.210.000	3.210.000	0	0	3.210.000	0%	II	Oficinas , encontros e capacitação	855.000	570.000	570.000	0	0	570.000	0%
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	831.866	630.000	630.000	0	0	630.000	0%	III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	165.000	110.000	110.000	0	0	110.000	0%
IV	Acessoria Técnica e Estudos	3.855.634	2.920.000	2.920.000	0	0	2.920.000	0%	IV	Acessoria Técnica e Estudos	765.000	510.000	510.000	0	0	510.000	0%
V	Custos operacionais	4.132.923	3.130.000	3.130.000			3.130.000	0%	V	Custos operacionais	825.000	550.000	550.000			550.000	0%
	Não alocado	1.498.680	1.135.000	1.135.000	0	0	1.135.000	0%		Não alocado	300.000	200.000	200.000	0	0	200.000	0%
DI	Depósito Inicial				1.300.000	0	-1.300.000		DI	Depósito Inicial				282.221	0	-282.221	
	Total	15.000.000	11.360.000	11.360.000	1.300.000	0	10.060.000	11%		Total	3.000.000	2.000.000	2.000.000	282.221	0	1.717.779	14%

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (USD Equiv)									30/06/2017								
FIDA I-2000000436									I-2000000437								
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des										
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	532.342	532.342	0	0	532.342	0%										
II	Oficinas , encontros e capacitação	5.093.556	5.093.556	0	0	5.093.556	0%										
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	996.866	996.866	0	0	996.866	0%										
IV	Acessoria Técnica e Estudos	4.620.634	4.620.634	0	0	4.620.634	0%										
V	Custos operacionais	4.957.923	4.957.923			4.957.923											
N/A	Não alocado	1.798.680	1.798.680	0	0	1.798.680	0%										
DI	Depósito Inicial			1.879.529	0	-1.879.529											
	Total	18.000.000	18.000.000	1.879.529	0	16.120.471	10%										



Adjunto 1 – Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario de los programas¹

Projeto N. I-2000000436/437-BR – Projeto Dom Hélder Câmara II- PDHC II

Organismo de execução: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	M-	Definir Coordenador como posto principal de gestão
2. Planejamento	E	Elaborar POA o quanto antes e Prever Orçamento para 2018
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	E	Realizar conciliações mensais e o segundo pedido de saque para praticar o novo procedimento no âmbito do Governo Federal
4. Controles internos	M	Atualizar MGF e prover sistema contábil complementar
5. Contabilidade	M	Atualizar sistema contábil complementar para geração de relatórios E enviar lembretes 30 dias antes
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	M+	Manter sistema contábil atualizado e observar prazo de envio dos relatórios
7. Auditoria interna	M	Não há
8. Auditoria externa	B+	Programar ainda em 2017 a próxima
Risco fiduciário geral do Projeto	E-	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

Observações:

O Projeto até o momento da missão realizou pouco gasto, mas percebe-se um pequeno incremento de execução. Ações importantes para o arranque foram tomadas pela atual gestão. O projeto utiliza o Sistema governamental que é fiável, porém possui software contábil que precisa de uma atualização; O Manual de Gestão Financeira precisa ser revisado. O orçamento é insuficiente e recursos financeiros necessitam estarem disponíveis para todos os anos, especialmente em 2018. Auditores acreditados pelo BIRD.

¹ Se trata de un resumen del Adjunto 2.

Adjunto 2 – Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión

Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão – Questionário de orientação

País: BRASIL	Número do empréstimo: I-2000000436 T-2000000437
Nome do Projeto: Projeto Dom Helder Câmara II	
Organismo de execução: CC/PR/SDA/SDR	GPP: Paolo Silveri
Especialista em Gestão Financeira encarregado do exame: Danilo Pisani	Data do exame: 20 set 2017

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	M	Estrutura complexa de gestão
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	M	Atualização MOP/MGF
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências), conforme as necessidades funcionais do Projeto	M	Apenas 2 profissionais – Precisa de mais 1
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	B	
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	M	Foi solicitado incluir no MGF
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	Sistema Governamental único de Saúde
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
2 – Planejamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	M	Atrasos anuais
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	
c.	Se são identificadas/disponibilizadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	E	Falta de orçamento adequado
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle com a estimativa de custos realizada previamente e assim como com os artigos de valor elevado	M	Baixo controle
3. Fluxo de Fundos e disposições sobre desembolsos			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	E	Não contabilizado- falta rotina de informes

b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	E	Situação macroeconômica do País pode afetar
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	Sistema SIAFI permite
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	N/A	
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
i)	Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	E	Indisponibilidade de orçamento
ii)	Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	Apenas o adiantamento
iii)	Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	Apenas o adiantamento
iv)	Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	B	Apenas o adiantamento
v)	Autorização dos Pedidos de Saque	M	Carta de assinaturas desatualizada
vi)	Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado	B	
vii)	Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	M	sem conciliações mensais CD. Apenas C Operativa
viii)	Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	E	Execução do POA baixa (20%)
ix)	Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	N/A	
4. Controles Internos			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	M	Apenas 2 postos detém os poderes para estas transações
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	M	Necessita atualizar
c.	Observância do manual financeiro	M	Necessita atualizar
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	M	Falta de informes periódicos
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamentos, qualificação, etc.)	B	
g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arquivos	N/A	

	sorpresivos? Custodia do Caixa pequeno e controle das recurso		
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	Sem aquisições de bens
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	B	
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convenios de financiamento	M	Sem revisão prévia de Chamadas
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	Falcat de orçamento, Equipe adequada e execução do POA
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	Sem ativos
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existencias?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluidos as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	N/A	
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidadee a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	N/A	Não observado
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferencias, gestão do caixa/saldo bancario) e outras contas operacionais – conta não designadal	B	
s.	Arranjos e controles bancarios (conciliação dos exttatos bancarios com as contas financeiras)	M	UGP não solicita mensalmente extratos
t.	Existencia de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	M	Falta contratar
5. Contabilidade			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonancia com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demosntrativos financeiros/IPSAS 2 demosntrativo de fluxo).	B	Caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	M	Sistema governamental confiável. Sistema complementar necessita atualização
c.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	M	Arquivo em dois lugares Dificuldade de arquivo de e-mails e Memos

d.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	B	Inventários anuais e sistema de controle patrimonial
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	M	Não contabiliza gastos de contrapartida que não são via conta operativa
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	B	
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	M	Sem rotina adequada e sistema auxiliar
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	M	Sem rotina adequada
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	M	entregues com atraso taxas incoerentes
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	entregues com atraso
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	E	Não realizam (falta sistema auxiliar)
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memórias anteriores	M	demorado
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos gastos dos investimentos	E	Muito Alto
7. Auditoria Interna			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	M	Estrutura ainda incipiente – Falta MGF
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	M	
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	M	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	M	
8. Auditoria Externa			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	B	1ª auditoria externa somente em 2017
b.	Cumprimento dos trabalhos	B	A ser realizada pela CGU (Audit Supreme)
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	M	Previsão em 30/09/17
d.	Qualidade da Auditoria	N/A	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	N/A	

Apêndice 6: Cumprimento das Cláusulas Contratuais. Estado de Implementação em 0 setembro/2017 .

Projeto : Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido

Empréstimo FIDA nr. 2000000436/437

Especialista em Gestão Financeira: Danilo Pisani

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá ter uma Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e Contrapartida	permanente	Cumprido	O Projeto possui a conta operativa gráfica a conta única do tesouro para pagamentos dos fundos da contrapartida
Seção B, 8	Conta Designada. O mutuário deverá abrir a Conta Designada e manter em nome do mutuário.	permanente	Cumprido 31/10/2014	As Contas Designadas foram abertas no Banco do Brasil
Seção B, 9	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 42,000,000.	anualmente	Cumprido parcialmente	Executado: USD 1,8 milhões /Orçamento 2017: R\$ 3 milhões (USD 1 milhão) /Previsão 2018: R\$ 35 milhões
Seção C,1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pelo MDA	anualmente	Cumprido	A UGP foi estabelecida por meio da Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 1º. Porém houve um ajuste na estrutura do s ministérios
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	permanente	Cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Anexo 1, II, 2	Agência Executora. A Agência Executora é a SDT.	permanente	cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 Na nova estrutura é a SDR/SDA
Anexo 1, II, 3	Estrutura da UGP. A UGP foi estabelecida, em Recife e seu Coordenador foi indicado e o pessoal-chave foi contratado. 9 Unidades Territoriais estabelecidas.	permanente	Cumprido parcialmente	Port MDA nr 73 de 23/out/14 art. 1 Pessoal chave não disponibilizado UT não estabelecidas
Anexo 1, II, 4	Comitê Executivo. O Comitê está estabelecido e operante	permanente	Cumprido parcialmente	Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 2 Membros não designados e reuniões não realizadas.

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 1, II, 5	Comité Gestor. O Comité está estabelecido e operante com pelo menos uma reunião anual	permanente	Cumprido parcialmente	Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 3 Membros não designados e reuniões não realizadas. Sem previsão em 2017
Anexo 1, II, 4	Comités Territoriais: Estão constituídos e operacionais. Aprovam o a sua parte no POA	permanente	Cumprido parcialmente	Atividades de campo ainda incipientes. Não aprovam a sua parte no POA
Anexo 1, II, 16	MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordó.	permanente	cumprido	Necessita complementação de anexos e procedimentos financeiros
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	permanente	cumprido	poucos gastos do financiamento

Cláusulas das Condições Gerais

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	Cumprido*	Ofício 12/SDT/MDA 13/01/2015. *É necessário atualizar
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	Não Aplicável	Não houve movimentações no período
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	Contas (Dólar e Euro) abertas no BB
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto;	anualmente	cumprido	Gastos realizados com fonte exclusiva da contrapartida.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
	iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo:			
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeçitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU.	anualmente	Não Aplicável	Não houve movimentação com recurso do empréstimo
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	cumprido parcialmente	POA 2017 apresentado atrasado. Sem apreciação do Comitê Gestor
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	Não Aplicável	Utilização das normas nacionais conforme Memorando, por questões estratégicas e segundo a convenção de Accra
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	cumprido	
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiencia adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	cumprido parcialmente	Apenas o Diretor e o Gerente administrativo Falta nomear o Coordenador de Planejamento M&A e Gerente Financeiro Falta contratar toda a equipe complementar da UGP
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	Cumprido parcialmente	Falta organização e arquivamento centralizado das correspondências.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado, satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	cumprido parcialmente	O Sistema governamental SIAFI permite a contabilização segregada dos recursos. Contudo a extração de relatórios de prestação de contas ao FIDA necessita de um sistema complementar.
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente (semestral) o respectivo relatório com conteúdo adequado.	Semestral até 45 dias após	cumprido parcialmente	O Relatório de Progresso do 1º semestre 2017 não entregue
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ou quarto ano do projeto	Não se Aplica	Previsto para 2018
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não se Aplica	Previsto para 2021
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	cumprido parcialmente	*Os registros não contabilizam a contrapartida das diversas fontes
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	cumprido parcialmente	incompletas
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	Anualmente	cumprido	Auditoria realizada
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	Não cumprido	Será entregue em 30/09/2017
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	cumprido parcialmente	Relatórios Semestrais Financeiros entregues atrasados
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	cumprido	